

EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESTUDO DE CASO EM ESCOLA PÚBLICA

Autor 1

Eliene de Araujo

Secretaria Municipal de Rio Largo/Alagoas

elieneufal@gmail.com

Co-autor 1

Lílian Rouse Gomes Pinto Simplicio

Secretaria Municipal de Rio Largo/Alagoas

lilian.historia14@gmail.com

Co-autor 2

Aldenice Tavares da Silva Gomes

Secretaria Municipal de Rio Largo/Alagoas

alda.tavares@hotmail.com

Co-autor 3

Javan Sami Araújo dos Santos

Secretaria Municipal de Rio Largo/Alagoas

javansami@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo investigar os possíveis elementos motivadores da evasão na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Tendo em vista o crescente número de analfabetos funcionais no Brasil e a redução de matrículas nos últimos sete anos, mesmo sendo a EJA um direito garantido a todo cidadão brasileiro, sem distinção de cor, raça, credo, sexo. Para tanto, realizamos um estudo da trajetória histórica e o do perfil da Educação de Jovens e Adultos, reconhecida pela legislação brasileira como modalidade de ensino que compõe a educação básica nos níveis fundamental e médio. Também fizemos uso da pesquisa qualitativa, tendo como campo de investigação uma das escolas da rede municipal da cidade de Rio Largo – Alagoas, a fim de comprovação do nosso estudo.

Palavras-chaves: Educação de adultos, Políticas públicas, Evasão.

INTRODUÇÃO

Com a implantação da Lei 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 37) aparece, pela primeira vez, a preocupação em garantir o acesso e a continuidade dos estudos àqueles que não tiveram a oportunidade em idade própria. A partir do Parecer CEB 11/2000, o Conselho Nacional de Educação regulamentou as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos”, e com a aprovação desse

parecer a EJA não possui mais apenas a função de suprir ou compensar a escolaridade perdida, mas também a **função reparadora**, que promove a cidadania por meio da reparação do direito negado à educação, a **função equalizadora**, que garante o acesso aos bens sociais e à permanência na escola de maneira equitativa, considerando cada sujeito com suas necessidades específicas, e, por último, a **função qualificadora**, ao efetivar uma educação permanente que corresponde às necessidades de atualização e aprendizagem contínuas.

Um marco importante para Educação de Jovens e Adultos foi a 5ª Confinteia¹, realizada em julho de 1997, em Hamburgo, na Alemanha, em que 1.500 representantes de 170 países assumiram compromissos perante o direito dos cidadãos de todo o planeta à aprendizagem ao longo da vida, concebida para além da escolarização ou da educação formal, incluindo situações informais de aprendizagem presentes nas sociedades contemporâneas, marcadas pela forte presença da escrita, dos meios de informação e comunicação.

No Brasil, a EJA tem se constituído, nos últimos anos, como um campo estratégico para fazer frente à exclusão e desigualdade social e, se observarmos a Lei 9.394, de 1996, o Parecer CEB 11/2000 e acompanharmos a conclusão a que chegou a Conferência de Hamburgo, bem como a orientação do relatório da UNESCO sobre educação para o século XXI, percebemos que essa modalidade tem pretensões de assumir contornos que transbordam os limites do processo de escolarização formal ao abarcar aprendizagens realizadas em diversos âmbitos.

A constituição histórica da educação brasileira nos remete, necessariamente, à organização da escola pública como espaço de atendimento às classes populares e sua relação com a dinâmica do fracasso escolar. Esta história, ao longo de seu desenvolvimento, tem negado o acesso ao conhecimento, para um número significativo de brasileiros, através da omissão na oferta, pela evasão e repetência. Este tema é recorrente no embate teórico, nas produções científicas e nas proposições legais. Sendo assim, as políticas educacionais têm organizado diversas formas de atendimento, para tentar diminuir essa problemática expressada no analfabetismo e exclusão escolar.

De acordo com a Secretaria de Educação, em Alagoas a EJA sempre esteve ligada a campanhas nacionais ou por elas influenciada, se preocupando apenas com que os jovens e

¹As conferências Internacionais de Educação de Adultos são convocadas pela UNESCO periodicamente, a cada dez ou doze anos: a primeira ocorreu em Elsinore, na Dinamarca, em 1949; a segunda transcorreu em Montreal, no Canadá, em 1960; a terceira realizou-se em Tóquio, no Japão, em 1972; a quarta foi sediada em Paris, em 1985.

adultos não escolarizados aprendessem a ler e escrever o próprio nome em um curto espaço de tempo.

Como exemplo, registram-se as diversas campanhas desencadeadas em diferentes momentos da história da educação brasileira, como a de 1947, no governo de Gaspar Dutra, passando pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, durante a ditadura militar, até o Programa Alfabetização Solidária – PAS, em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso. As campanhas aliaram-se aos déficits do atendimento no Ensino Fundamental, provocando o aumento em números absolutos de jovens e adultos analfabetos, dificultando o acesso e a conclusão da escolaridade mínima garantida constitucionalmente a todo cidadão brasileiro. Esse tipo de atendimento, além de frustrar as expectativas da população em escolarizar-se, confere, ao Estado de Alagoas, as piores posições nas estatísticas educacionais da região Nordeste e do País. Em termos de oferta de Educação de Jovens e Adultos, em Alagoas, somente têm fugido desse modelo tradicional alguns poucos ensaios isolados que, infelizmente, não conseguem ter continuidade e, conseqüentemente, efetividade, por ausência total de políticas públicas capazes de garantir regularidade e permanência no que se tem esboçado. (GEEJA/SEE/AL).

Na visão desses programas, o analfabetismo é considerado como um mal a ser combatido em períodos estanques. Já na perspectiva atual, o analfabetismo é visto como consequência da exclusão social, que deve ser superado, por meio de políticas de educação que devem garantir a permanência na escola, até a conclusão do ensino médio.

A EJA torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI. ; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor da justiça do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, sendo um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, 1997)

Considerando o alto índice de analfabetismo em Alagoas, o Plano Estadual de Educação 2006 – 2015 estabelece dezesseis objetivos e metas para superar essa realidade, contudo até o momento nada mudou, ainda é gritante a ausência de política pública na EJA.

A Secretaria de Educação Municipal de Rio Largo traz relatos do fracasso escolar dos alunos da EJA com base na questão social, onde o desemprego, a violência e as práticas ilegais (as drogas) chegam a ser o maior causador da situação de evasão.

Então, tendo a Pedagogia freiriana como referencial teórico, isto é, em que a Educação se perfaz no sentido de transformar o indivíduo em cidadão, que embora inconcluso produza história, contribuindo para si e para os outros, é que o foco deste trabalho direciona-se para a Educação de Jovens e Adultos. A EJA deve contemplar ações pedagógicas específicas que

levem em consideração o perfil do educando jovem, adulto e idoso que não obteve escolarização ou não deu continuidade aos seus estudos por fatores, muitas vezes, alheios à sua vontade.

A nova concepção de educação de jovens e adultos põe em cheque as práticas atuais, uma vez que, ela pede uma verdadeira organização reticular (em redes), no interior dos sistemas formais e não formais, inovação, maior criatividade e flexibilidade. Será necessário enfrentar esses desafios, manejando com a educação de adultos, dentro de novas abordagens, nas perspectivas da educação, ao longo de toda a vida.

Diante disso, este estudo buscou analisar elementos que levam a grande maioria dos estudantes a abandonar os estudos ainda nas primeiras etapas da EJA, refletindo sobre o trabalho educativo, e a importância da prática pedagógica dos professores acerca dos conceitos envolvendo: a metodologia, a avaliação, o currículo entre outros fatores que permeiam essa modalidade de ensino.

O estudo foi realizado numa escola do município de Rio Largo, durante os meses de setembro e outubro de 2014, e teve por base a pesquisa qualitativa, que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, situações que não podem ser avaliadas por variáveis quantitativas.

METODOLOGIA

Esse trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa qualitativa onde foram aplicados três tipos de questionários destinados aos discentes, a docente do 1º segmento e a técnica da Secretaria Municipal de Educação de Rio Largo responsável pelo acompanhamento da modalidade no município.

As informações coletadas nos referidos questionários configuraram os resultados da pesquisa abaixo discutidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA

A EJA, como integrante da educação básica atende a jovens acima de 14 anos de idade, com um histórico de fracasso no Ensino Regular. Alunos que foram excluídos por um sistema de ensino historicamente excludente e incapaz de atender aos padrões de qualidade estabelecidos por lei.

De acordo com Patto (1999), o termo fracasso escolar resume um grande número de fenômenos educacionais, como: baixo rendimento do aluno, reprovação, repetência, defasagem idade-série, evasão, dificuldades escolares, entre outros podendo ser definido como uma resposta insuficiente do aluno a demandas escolares. A avaliação ao invés de ser um fator de orientação do processo de ensino e aprendizagem na educação escolar, tem sido mais uma a contribuir para exclusão.

“O *FRACASSO ESCOLAR* não é só responsabilidade do aluno, mas do método, do corpo docente e do fator sócio econômico, bem como do sistema capitalista, que sustenta os interesses da burguesia”.

Nesse sentido, Frigotto é da opinião que a escola se move em função da produção capitalista, pela qual o trabalho torna-se um tipo de mercadoria, entrando para o mundo dos negócios e competitividade, daí o seu fracasso como formadora de cidadãos críticos.

Vale assinalar, neste ponto, que a questão da desqualificação da escola para a classe trabalhadora – o mito da “vocação” ou não vocação, o sucesso ou fracasso escolar como resultantes do prêmio ou castigo pelo esforço ou displicência individual – enfim, as pseudo-explicações para os bloqueios no acesso e no percurso escolar somente serão aprendidas concretamente na medida em que se tenha a cisão da sociedade de classe como ponto de partida. (FRIGOTTO, 2006, p. 77).

Entretanto, como mostraremos mais adiante, grande parte dos alunos da EJA nunca tiveram oportunidade de frequentar a escola na infância. Ou são jovens e adolescentes, homens e mulheres que voltaram para a sala de aula devido as novas exigências do mercado de trabalho. Sendo o Brasil parte nessa produção industrial, que por sua vez estar atrelada ao setor de prestação de serviços e ao uso das tecnologias, assim, aos que concorrem para o mercado de trabalho tem que ter uma escolarização mínima – Ensino Fundamental completo.

Nesse sentido, o governo federal busca dar um empurre na Educação Básica. Com isso, a EJA passou a receber mais recursos graças ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), ainda que os valores pagos sejam os menores do sistema. Mas por outro lado surge uma variedade de programas nos últimos anos, como Brasil Alfabetizado, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que concorrem com a EJA e revelam as dificuldades de apontar um caminho eficaz para o setor.

Identificação da escola

A Educação de Jovens e Adultos nessa escola teve início no ano de 2012, com matrículas para o 1º segmento com o total de 42 alunos. Em 2013 o número de matrícula permaneceu o mesmo, 42 alunos, também no 1º segmento; a partir de 2014 o quadro para EJA teve uma alteração significativa, pois passou a ter matrículas também para o 2º segmento (4ª e 5ª etapas), totalizando 150 alunos. A procura de matrícula vem aumentando a cada ano, principalmente para o segundo segmento.

Os alunos fazem uso do transporte escolar para seu deslocamento, pois moram distante do âmbito escolar. Os programas que atendem a demanda desses alunos são do Livro Didático e a Merenda Escolar.

Perfil da turma que participou da pesquisa

Conforme dados da pesquisa, a maioria dos alunos desta turma (1ª Etapa) são mulheres e se encontram na faixa etária de 26 a 35 anos. Destas, apenas 4 não trabalham e 1 trabalha com vendas, as demais são faxineiras ou empregadas domésticas. Os homens por sua vez são serventes ou cortadores de cana. Todos têm de 1 a 6 filhos, com exceção de uma aluna.

Tabela 2 – Perfil dos alunos – idade sexo

Faixa etária	M	F	Total
26 a 35	1	6	7
36 a 45	2	3	5
46 a 50	1	1	2
Total	4	10	14

Fonte: elaborada pelas autoras (2017).

Tabela 3 – Perfil dos alunos – situação ocupacional

Trabalho/Profissão	M	F	Total
Não trabalha	0	4	4
Faxineira	0	2	2
Empregada doméstica	0	3	3

Vendedor(a)	0	1	1
Servente	2	0	2
Trabalhador(a) rural	2	0	2
Total	4	10	14

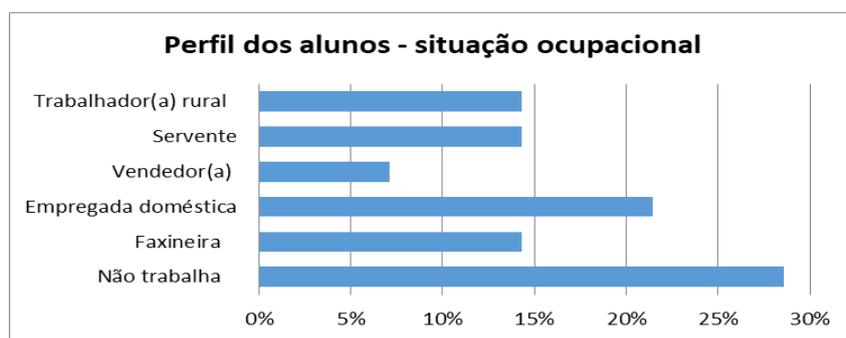
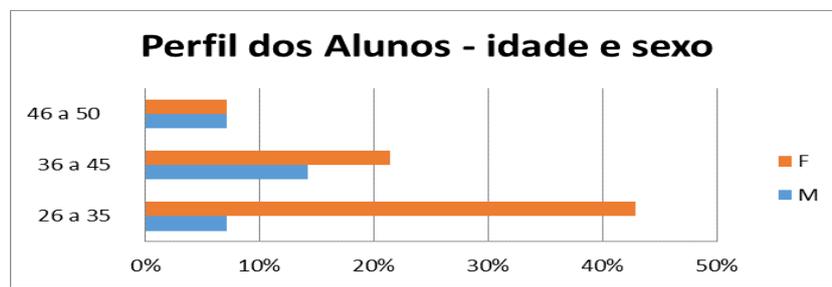
Fonte: elaborada pelas autoras (2017)

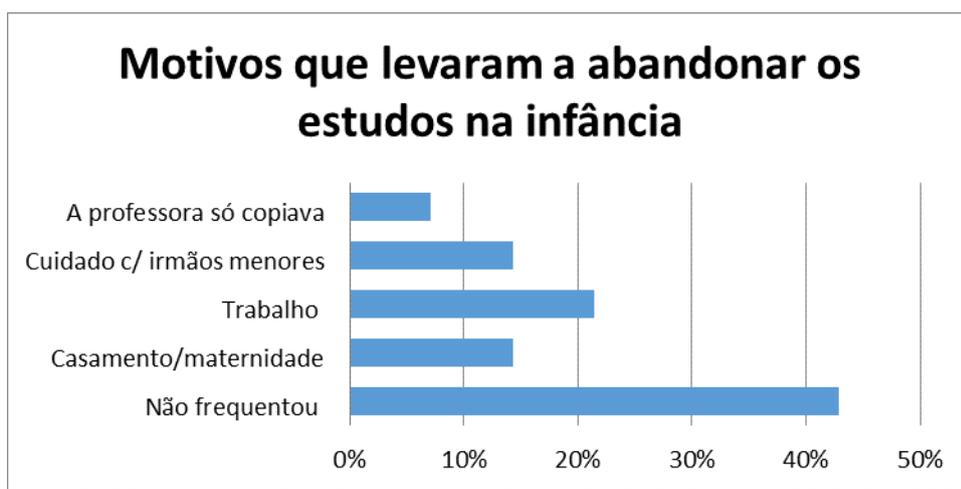
Ao serem questionados sobre o porquê deixar ou não frequentar a escola quando criança (questão 9), muitos deles responderam que não frequentaram. Um dos principais motivos alegados pelas mulheres foi o cuidado com os irmãos menores, para que a mãe trabalhasse ou o casamento precoce, enquanto que os homens frisaram o trabalho como maior impedimento.

Tabela 4 – Motivos que levaram a abandonar os estudos na infância

Estudo na infância/impedimento	M	F	Total
Não frequentou	2	4	6
Casamento/maternidade	0	2	2
Trabalho	2	1	3
Cuidado c/ irmãos menores	0	2	2
A professora só copiava	0	1	1
Total	4	10	14

Fonte: elaborada pelas autoras (2017)





Conforme mostra as tabelas e gráficos acima podemos observar que dos 14 alunos entrevistados, 10 são trabalhadores, uma média de 71,4% e uma boa parte, 35,71% que interromperam seus estudos na infância, de alguma forma estar ligado ao trabalho. Com relação a isso, o art. 4º, Inciso VII da Lei 9.394/96 – LDB assegura como dever do Estado:

Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas as suas necessidades e disponibilidades, garantindo aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Contudo, um fato que nos chamou a atenção foi quanto as questões seguintes, quando se trata da desistência ao retornarem a escola depois de adulto, apenas 4 afirmaram ter desistido algum vez, e destes, 2 foram corajosos ao dizer que o motivo seria a falta de preparo da professora. Todos dizem estar satisfeitos com a forma de gerenciamento da educação proposta pela escola, destacando, sobretudo o esforço e a paciência da professora, e pretendem prosseguir com os estudos, no mínimo terminar o Ensino Médio.

Comparando as respostas dos alunos com as informações da professora, temos a considerar o fato de que a turma tem 32 alunos matriculados, 26 são os que frequentam, mas no dia que aplicamos os questionários, apenas 14 se encontravam presentes, segundo ela (a professora), 50% dos alunos são da zona rural e faltaram por motivo de transporte. Outro fator que muitas vezes causa desestímulo nestes alunos.

Outro ponto a ser observado é justamente sobre a formação docente, como já falamos anteriormente, podemos confirmar na fala da professora, que atua há 32 anos na educação, destes, 3 anos na EJA, mesmo sem uma formação específica para lidar com esse público, ela se desdobra como pode para tornar suas aulas atrativas, portanto, ver nessa modalidade de ensino “uma oportunidade que os jovens e adultos têm, porque não

tiveram condições de estudar na idade regular”. Reconhecendo ser o trabalho, juntamente com a falta de incentivo do professor, os principais motivos para a evasão escolar.

A educação encontra-se diante de um novo paradigma produtivo o que, conseqüentemente, envolve um novo modelo de produção e desenvolvimento traduzidos através dos avanços tecnológicos e da qualificação profissional [...] Com a dessacralização da ciência, o(a) professor(a) já não é mais o (a) dono(a) do saber. As novas tecnologias exigem desses profissionais um aperfeiçoamento constante (FREITA & COSTA, 2007, pág. 52).

CONCLUSÕES

A EJA como modalidade de ensino da educação básica, definida pela LDB/96, “não pode ser pensada como oferta menor ou pior, nem menos importante, mas sim como uma modalidade educativa, com um modo próprio de conceber a educação básica, modo esse determinado pelas especificidades dos sujeitos envolvidos”. (SOEK, 2009, p.21).

Nisso vimos que em termos de legislação, as recomendações são claras e direcionadas para a necessidade de se buscar condições, alternativas e currículos adequados à realidade desses sujeitos, ou seja, uma prática de ensino que leve em consideração os saberes, os conhecimentos até então produzidos e as experiências de vida dos educandos.

A organização do currículo com mais significado à aprendizagem, o conhecimento dos saberes dos alunos e a metodologia utilizada pelo docente, em sala de aula, uso de variadas linguagens, atendimento individual, acolhimento e merenda sem dúvida influenciam na aprendizagem do aluno, mas para os alunos da EJA, um dos mais importantes procedimentos didáticos, conforme Antunes (2012) é o da “significação”, pelo qual o professor no desempenho da sua função mostra nos conteúdos escolares que trabalha, a novela que se assiste, o futebol que se joga, a compra que no mercado se faz. “Todo aluno que ouve na sala o que não vivencia fora dela, acumula saberes que talvez possa valer para o professor que os cobra, mas jamais para a existência e para o mundo das relações onde não apenas se vive, mas sobre tudo se aprende a conviver”.

Desta mesma forma, conhecer os adultos e como eles aprendem, pode tornar as aulas mais atrativas, evitando a evasão. Sem esquecer que nesse ambiente deve haver receptividade, disponibilidade de recursos além do conforto. Como também respeito pelo outro, numa relação dialógica e significativa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Geografia para a Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/967**: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil++_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22/3/2013.

BRASIL. SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO. **Plano Estadual de Educação – PEE 2006/2015**. Maceió, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, Marinaide L. Q; COSTA, A. M. B. **Proposta de Formação de Alfabetizadores em EJA: referenciais teórico-metodológicos**. MEC e UFAL., 2007.

FRIGOTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SOEK, Ana Maria; HARACEMIV, Sonia M. C.; STOLTZ, Tânia. **Mediação Pedagógica na Alfabetização de Jovens e Adultos**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.